

COMISSÃO DE TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Do Sr. VITOR LIPPI)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o andamento das operações do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública para debater o andamento das operações do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, com a participação dos representantes dos seguintes órgãos e instituições:

- Telebras;
- Ministério das Comunicações;
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;
- Ministério da Defesa;
- Tribunal de Contas da União;
- Associação Brasileira das Empresas de Telecomunicações por Satélite – Abrasat.



JUSTIFICAÇÃO

Em maio de 2017, ao custo de R\$ 2,8 bilhões à União, o Brasil lançou o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, com o objetivo de oferecer capacidade de conexão à internet em banda larga em todo o território nacional. O projeto, desenvolvido em parceria pela Telebras, Visona, Ministério da Defesa, Agência Espacial Brasileira – AEB – e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, foi desenhado de modo a possibilitar o uso dual do satélite, destinando a banda X para as comunicações governamentais e de defesa, e a banda Ka para aplicações civis.

Após um conturbado período de imbrólios jurídicos, em janeiro de 2019 o satélite finalmente iniciou sua operação civil, dando andamento ao contrato firmado em 2017 entre a Telebras e a empresa Viasat que previa a instalação de 15 mil pontos de conexão na velocidade de 10 Mbps. A intenção era a de que o programa contribuísse para a promoção da inclusão digital no País, oferecendo acesso gratuito à internet em escolas e postos de saúde situados em regiões remotas e de baixa atratividade econômica para as grandes operadoras de telecomunicações.

Em audiência pública realizada por esta Comissão de Ciência e Tecnologia em 2019, até agosto daquele ano, 10 mil desses pontos já haviam sido instalados pela Viasat, contemplando, entre outros beneficiários, mais de 2 milhões de alunos e 7 mil estabelecimentos de ensino da rede pública, mediante o uso de recursos do programa Educação Conectada¹.

No entanto, o cenário institucional que envolve o SGDC passou por algumas transformações desde então. Em outubro de 2019, a Telebras, estatal responsável pela gestão do programa, foi qualificada para estudos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, por meio de Decreto nº 10.067/19. Como desdobramento deste trabalho, em janeiro de 2021, o conselho do PPI aprovou relatório técnico sobre a empresa. Na oportunidade,

¹ Informações sobre a audiência estão disponíveis no endereço <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/56596>, acessado em 18/03/21.

foi autorizada a continuidade do levantamento sobre a Telebras, com o intuito de aprofundar as alternativas para a sua privatização.

Em paralelo, no que tange às questões tecnológicas envolvendo o satélite, em agosto de 2020, a AEB, autarquia vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, anunciou a empresa *AEL Sistemas* como a primeira das 6 instituições brasileiras selecionadas para participar do plano de absorção e transferência de tecnologia espacial para a indústria nacional, no âmbito do SGDC². Segundo a AEB, a intenção da medida é promover “*o fortalecimento da competência técnica de empresas nacionais no desenvolvimento e fornecimento de soluções, produtos e serviços espaciais*”.

Diante das questões apontadas, julgamos importante que esta Comissão realize audiência pública com o objetivo de atualizar-se sobre o andamento do programa SGDC. O evento será uma oportunidade para que os membros do colegiado recebam esclarecimentos sobre os desdobramentos das operações do satélite, o desenrolar do processo de desestatização da Telebrás e a avaliação dos riscos e impactos a ele inerentes, inclusive no que diz respeito a aspectos relativos à soberania nacional e à segurança das comunicações estratégicas.

Considerando ainda que o satélite tem potencial de oferta de até 50 mil enlaces, e que o contrato com a Viasat prevê, inicialmente, a instalação de apenas 15 mil pontos, faz-se oportuno que a Comissão disponha de informações atualizadas sobre as perspectivas de início da operação dos pontos remanescentes, bem como sua destinação e o modelo de exploração desses serviços. Na audiência, os Parlamentares também poderão debater os avanços do programa de transferência de tecnologia realizado pela AEB, assim como discutir e avaliar a viabilidade do lançamento futuro do SGDC-2 e do SGDC-3, previstos na versão original do programa.

Considerando a importância da realização da audiência para esta Comissão, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

² Informação disponível no endereço <https://www.gov.br/aeb/pt-br/assuntos/noticias/tecnologia-absorvida-do-sgdc-1-potencializa-desenvolvimento-de-produtos-que-podem-ser-comercializados-globalmente>, consultado em 18/03/21.

Sala da Comissão, em 22 de março de 2021.

Deputado VITOR LIPPI

Apresentação: 23/03/2021 11:27 - CCTCI

REQ n.24/2021

Documento eletrônico assinado por Vitor Lippi (PSDB/SP), através do ponto SDR_56399, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C D 2 1 7 3 6 5 2 0 9 3 0 *